

# **CORONELISMO E BANDITISMO NO SUL DE MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA COSTUMEIRA EM SANT'ANA DE PARANAÍBA\***

*SILVA, Rodolfo Batista Valério da* \*\*

## ***Introdução***

A partir da bibliografia e das fontes analisadas, como as obras de Valmir B. Corrêa (*Coronéis e Bandidos em Mato Grosso*), de Maria Sylvia de Carvalho Franco (*Homens Livres na Ordem Escravocrata*) e outras fontes como os relatórios de Província de Mato Grosso e os processos crimes, propomos fazer um estudo da situação de Sant'Ana de Paranaíba, no que diz respeito aos laços intrínsecos do coronelismo e do banditismo, num período que se estende do final do século XIX até as primeiras décadas do XX. Tal estudo tem como base uma análise das implicações da violência na vida cotidiana dos sujeitos históricos que ali se encontravam.

Logicamente que tal estudo não tem a pretensão de limitar ou de reduzir os resultados da violência à região de Sant'Ana de Paranaíba. Pelo contrário, nas consultas feitas tanto à bibliografia quanto as fontes documentais fica evidente que a violência estava presente do norte ao sul de todo o antigo Mato Grosso. Além do mais, referências feitas ao restante de Mato Grosso são muito mais recorrentes do que as feitas ao caso específico de Sant'Ana de Paranaíba. Assim o objetivo do presente texto é justamente elucidar, quando possível, casos específicos da região em destaque, que possam vir ao encontro das explicações teóricas, ou até mesmo confrontá-las, já que as fontes podem particularizar determinadas ações dos sujeitos até então imperceptíveis teoricamente.

O presente trabalho tem também como meta uma reflexão mais detalhada acerca da violência, ou melhor, propomos que se pense nesta não sobre a única e exclusiva afirmativa de que esteja ligada ao coronelismo e as ações do poder local. Assim, poderemos notar a violência também no cotidiano dessas pessoas, em momentos que talvez pudessemos imaginar a impossibilidade de sua existência. No entanto, deixamos desde já bem claro que nossa intenção não é considerar tais sujeitos históricos destituídos de vivências harmoniosas

---

\* Trabalho originário de pesquisa de iniciação científica PIBIC/CNPq, sob orientação da Professora Dra. Maria Celma Borges.

\*\* Aluno do 7º semestre do curso de História UFMS/CPTL e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

entre si, só queremos analisar um fenômeno que cada vez mais se torna latente em nossa pesquisa.

### ***A violência e sua possível institucionalização***

Iniciemos por tratar sobre tal elemento indispensável ao nosso estudo, ou seja, a violência. Partimos, então, do estudo da violência por pressupormos esta como elemento sempre presente na província de Mato Grosso, desde a sua formação, através de embates entre indígenas e homens brancos, passando posteriormente a fazer parte das relações constituídas de poder local, quando do advento da República Velha, e mesmo anterior a esse contexto histórico. Além disso notamos em muitos casos a violência não limitada somente à sua relação entre coronéis e “bandidos”, coexistindo entre familiares, amigos e conhecidos. Para tanto nos utilizaremos, entre outros, de Valmir Batista Corrêa em seu livro *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso*, no qual percebemos, de forma explícita, as relações coronel-“bandido” mediadas pela violência.

Corrêa (2006) utiliza-se, então, da denominação “institucionalização” da *violência costumeira*, para caracterizar Mato Grosso no advento da República. Isso poderia soar de forma um tanto inapropriada, não fosse o reconhecimento, por parte de diversas esferas do conhecimento, como da Sociologia e da História, da intensificação da violência em determinado período. Além disso, Corrêa não deixa de salientar que a violência esteve presente na Província matogrossense desde sua formação. O que vemos de inovador, nesse advento da República, é uma consolidação da violência, já existente em períodos anteriores, com as lutas pelo poder local.

Para melhor compreensão desse argumento temos as considerações desse autor, que desvelam sobre o momento de passagem do sistema político brasileiro para a República, mostrando em que essa mudança influenciou na província de Mato Grosso com relação a violência. Assim temos o seguinte:

O advento da República não trouxe para Mato Grosso mudanças substanciais que pudessem modificar as relações sócio-econômicas da região e caracterizar uma nova situação em relação a violência e ao banditismo ali existentes. Na realidade, a nova ordem política veio tão somente consolidar uma situação pré-existente no cenário das lutas pelo poder de mando em nível local e regional, intensificando o clima de violência e abrindo maior espaço à atuação declarada do coronelismo (CORRÊA, 2006, p. 31).

Como vimos, essa “institucionalização” da violência – conceito advindo das considerações de Corrêa (2006) -, parece mediar a relação entre coronéis e agregados, entre outros sujeitos. No entanto, como sugere o autor, essa situação acabou por se generalizar

formando uma espécie de “cultura da violência”, na qual, independente da existência ou não de um coronel exercendo poder de mando e desmando haveria nas práticas cotidianas o uso intenso da violência, mesmo que fosse entre familiares e pessoas da própria vila ou cidade.

Uma análise que privilegia a compreensão do fenômeno, aqui retratado, da violência é a feita por Maria Sylvia de Carvalho Franco, na sua obra *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, nos oferecendo, em detalhes, as características fundamentais dos homens pobres livres do século XIX na região do Vale do Paraíba. Assim, mesmo que ela não esteja falando da região a qual nos propomos estudar vemos que suas considerações podem possibilitar pensar melhor a violência como parte indissociável das vidas dos sujeitos em questão.

Observamos então em Franco (1997) a referência à uma violência utilizada pelos membros do grupo, como moralidade, funcionando, se assim pode-se dizer, como uma espécie de norma de convivência. Passemos então para suas próprias considerações:

Posto em dúvida atributos pessoais, não há outro recurso socialmente aceito, senão o revide hábil para restabelecer a integridade do agravado. Este objetivo, nessa sociedade em que inexistem canais institucionalizados para o estabelecimento de compensações formais, determina-se regularmente mediante a tentativa de destruição do opositor. A violência se erige, assim, em uma conduta legítima (FRANCO, 1997, p.51)

Atentando-nos em tal citação poderíamos nos perguntar qual seria a causa mais lógica para que a violência se erigisse com tanta força a ponto de manifestar-se, como sugere a autora, enquanto uma norma social. Ora, partindo dos pressupostos de Franco podemos dizer que a causa central dessa situação foi o modo como as populações de homens pobres e livres foram inseridos na estrutura da sociedade brasileira, ou seja, partimos da premissa de que foi esse o fator principal para que houvesse um intenso processo de marginalização de tais populações em relação ao sistema econômico, político e social. Assim, temos um tipo de inserção tangencial desses homens e mulheres na estrutura econômica que impossibilitou a regulamentação da vida social, ou seja, houve uma inserção incompleta desses sujeitos, tornando-os marginalizados (FRANCO, 1997).

As considerações de Franco, acerca da violência como uma espécie de norma de convivência, funcionando até mesmo como moralidade, podem ser encontradas também em Nadir Domingues Mendonça (1991), na sua tese referente ao processo de violência em Três Lagoas. Mendonça faz inclusive referência à Maria S. C. Franco em seu trabalho. Observemos:

Maria Sylvia de Carvalho Franco propõe um código para o sertão marcado pela violência, que se erige como conduta legítima. Uma violência institucionalizada no trabalho, na família, na vizinhança, no lazer. A matriz desta conduta violenta e do estado de penúria seria a forma marginal de inserção de uma população de homens livres e pobres numa terra farta e rica (MENDONÇA, 1991, p 59).

No entanto, Mendonça traz mais um elemento em suas contribuições, em outras palavras, tal autora não só apresenta a violência como uma consequência da inserção incoerente desses homens e mulheres na sociedade. Mendonça nos diz, então, que a violência poderia ser fundamentada em resistência contra a própria conformação do poder que estava em vigência. Essa é uma outra interpretação que apresenta coerência para pensarmos o nosso objeto específico. Porém, isso não descarta a interpretação feita por Franco, pois as evidências nos levam a pressupor a existência da violência funcionando mesmo como norma de convivência, seja para questionar formas de dominação ou simplesmente para resolver desavenças cotidianas. No entanto, de fato as considerações de Mendonça são inovadoras destacando tal resistência por parte de homens e mulheres pobres e livres da região de Sant'Ana de Paranaíba. Essas considerações nos levam a uma compreensão maior da caracterização desses agentes sociais como sujeitos históricos, que apesar do modo como foram inseridos na sociedade (de forma tangencial) procuraram uma maneira possível de confronto, de resistência.

No texto presente conferimos importância às duas explanações, tanto a de Franco como a de Mendonça, por considerarmos ambas complementares, em que uma não exclui a outra. Porém, acreditamos que Mendonça insere de forma mais explícita a resistência como elemento fundamental para o entendimento da violência não só em Mato Grosso, mas em todo o restante do Brasil.

Com essas considerações podemos refletir melhor sobre o termo “institucionalização” da violência, referendado por Valmir B. Corrêa. É possível perceber, então, a violência regendo as relações entre as pessoas, tornando-se parte do cotidiano e sendo considerada como meio para solucionar qualquer tipo de problema, fosse ele de natureza política ou até mesmo pessoal.

Desta forma seria limitada uma interpretação baseada somente no âmbito político ou econômico, como se só existisse violência entre grupos de coronéis e bandidos rivais. Pelo contrário, notamos que a violência esteve em lugares e situações que podem parecer inesperados, como em festas e entre pessoas de convivência muito próxima, o que poderíamos chamar de amigos. Isso é o que nos diz Franco ao refutar interpretações sociológicas que

generalizem formas de consenso social, vindo, por exemplo, a impossibilidade de conflitos de grande expressão em comunidades baseadas na reciprocidade, ou seja, em sociedades simples. Pelo contrário, a autora em questão afirma que é sim possível a existência de rupturas, mesmo em comunidades baseadas na reciprocidade. Assim temos:

A caracterização sociológica da relação comunitária se baseia na existência de um consenso, da recíproca determinação das vontades e da inclinação, em um mesmo sentido, das pessoas que dela participam. A assertiva fundamental dessa conceituação é que 'a comunidade é, normalmente, por seu sentido, a contraposição radical de luta'(WEBER, 1974). A análise de situações desse tipo, no contexto social aqui considerado, põe em evidência, vinculados a essas conexões gerais que têm sido acentuadas teoricamente, outros componentes cujo sentido é de ruptura e tensão. Esses elementos aí aparecem, não como fenômenos irrelevantes de oposição verificáveis nas situações concretas de existência, mas como *constitutivos* da relação comunitária. Desse ângulo vê-se que, ao contrário da acentuação conceptual acima deferida, a luta aparece como ingente na relação comunitária (FRANCO, 1997, p. 24).

A partir disso podemos inferir que o fato de existir uma sociedade baseada em relações recíprocas de suplementação não descarta a possibilidade de conflitos e até mesmo de soluções radicais para tais conflitos. Isso se explica pelo que já falamos, ou seja, a inserção das populações de homens livres se fez a partir de uma intensa marginalização, impossibilitando formas outras de resolver os problemas cotidianos, fossem esses de ordem política ou qualquer desavença moral, entre outras questões. Com isso, torna-se possível compreender parte dos motivos que, por exemplo, levam um homem dos fins do século XIX a cometer um assassinato, estivesse ele no Vale do Paranaíba ou em Mato Grosso, mesmo que as circunstâncias para tal resultado não comprometessem as probabilidades de sua sobrevivência.

Com relação a esse estado de violência, que se configura nessa “institucionalização” passemos para um exemplo elucidativo, contido em um relato que trata de acontecimentos, cujas características marcantes são as resoluções dos problemas cotidianos por meio do que poderíamos chamar de violência costumeira. O relato trata da região de Sant'Ana de Paranaíba, especificamente em Três Lagoas, no ano de 1912:

Aquilo tudo vivia quase abandonado, reinando o terror, dominando a miséria, servindo de lei a vontade do mais forte e da carabina.

Á primeira vista, tem-se a impressão que todo mundo em aquella zona de Mato Grasso já matou alguém.

Os facínoras passeiam impunemente pelas povoações, são olhados com certa admiração e suas proesas repetidas com orgulho, a todos os forasteiros.

Fulano tem dez mortes, sicrano nove, este matou quatro, aquele mandou desta para

melhor seis pessoas e assim por deante.

Bandidos acoitados pela polícia de São Paulo vão refugiar-se em Mato Grosso e muitos, talvez a maioria, se regeneram, trabalhando honestamente.

Com muitos delles palestrei longamente, provocando confidencias, procurando analysar-lhes o fundo d'alma.

E todos se julgam bons e victimas de perseguições.

Um preto, alto, entroncado, dizia-me: “eu só quero viver socegado com minha mulher e filhos, não faço mal a ninguém, mas não trepidarei em despachar para outro mundo aquele que se atravessar no meu caminho. Felizmente só matei três”.

Um outro caso que bastante me impressionou, foi o de um comerciante.

Um typo sympathico, de maneiras finas e amáveis, falando bem, demonstrando certa dose de instrucção.

“Chamam-me bandido, disse-me elle, e talvez o seja, mas em minha vida tenho distribuído mais benefícios que males. Não leso ninguém mas não perdôo aos que me fazem um mal qualquer. Um dia mataram covardemente um meu irmão. Pois bem, não deixei o assassino entrar em julgamento. Condenei-o por minha própria conta e fui mata-lo na própria cadeia em que se achava preso. Foi o meu primeiro crime e por causa delle cometi muitos outros<sup>1</sup>

A partir desse trecho, que traz expressões como “facínoras”, “forasteiros”, podemos notar o quanto a “cultura da violência” estava arraigada no dia a dia de boa parte dos homens pobres e livres, que decidiam habitar o sertão matogrossense, para sermos mais específicos, na região de Sant’Ana de Paranaíba. Com isso, as análises anteriormente levantadas acerca da violência como parte de uma norma social, ou melhor, dela institucionalizada nas sociedades rurais e urbanas, se mostram minimamente coerentes. Também podemos observar neste trecho, que não vemos a presença de mandatários, ou pelo menos não estão aí de forma explícita, o que reforça a nosso pressuposto de violência institucionalizada.

O excerto que acabamos de elucidar faz pensarmos na violência não como forma única e exclusiva da relação coronel-bandido, ao contrário possibilita pensar na violência até mesmo como traço cultural da região de Sant’Ana de Paranaíba. Logicamente tal situação não provem de nenhum determinismo geográfico, histórico ou de qualquer outra espécie, mas sim de situações sociais e de alcance das políticas dos governos. Pressupomos isso por uma fator marcante, qual seja, o da frequência de crimes cometidos na referida região, sem que para tanto, como se depreende até o momento, tivesse a necessidade de ter alguém com posses maiores comandando as ações.

Para maior compreensão da região que estamos estudando achamos certo fazermos referência à Beatriz de Castro S. A. Araújo, a qual em um de seus artigos chamado

---

<sup>1</sup> Descrição de Três Lagoas em 1912 in MELLO NOGUEIRA, J.F. de. *Excursão a Mato Grosso*. São Paulo: Pocaí Weiss, 1915. p15/8. (*Apud* CORREIA, 2006, p.37/38).

*Camisa de couro: Bandido ou mocinho no imaginário da população de Três Lagoas?*, faz uma discussão da figura de Antônio Joaquim Aragão, popularmente conhecido como “Camisa de Couro”. O trabalho em questão não discorre exatamente do período a que nos propomos estudar, pois trata das décadas de 1950 e 1960, no entanto fala do que viemos elucidando desde o início: a relação de violência. Em tal particularidade temos “camisa de couro”, que era um típico “bandido”, trabalhando em Três Lagoas nas suas empreitadas, conquistando fama e popularidade. Araújo(2006) diz que “camisa de couro” encontrou em Três Lagoas ambiente propício ao seu crescimento, pois poderia praticar seu atos em uma região relativamente afastada dos grandes centros e portanto carente de controle da justiça.

Camisa de couro é, então, um sujeito, que pode exemplificar, mesmo que numa ditância considerável no tempo, o que estamos considerando como parte de um fenômeno denominado banditismo, cuja ocorrência, como fica claro ao analisarmos tal exemplo, não necessariamente pressupõe um coronel determinando as ações de um “bandido”, embora seja de conhecimento de muitos a presença da figura do “matador” em muitos casos nos quais coronéis contratavam serviços de “bandidos” profissionais para executarem seus planos de dominação local, tanto no âmbito da economia como da política.

Quanto a isso podemos nos estender um pouco mais ao analisar um dos processos crime de Sant'Ana de Paranaíba<sup>2</sup>, o qual relata o assassinato de Antonio Martins de Mello, conhecido como Antonio Bugre. Como podemos observar tal assassinato provavelmente foi planejado com vistas a impedir que Antonio Bugre desse fim a Balduino Rodrigues Caiapó e Pedro Lazaro Pereira. Outro fator interessante analisado em tal processo é que Antonio Bugre tinha como profissão cumprir ordens de terceiros provocando mortes, levando-nos a pressupor este como “bandido”, apesar de não termos explicitamente no documento nenhuma menção a algum mandatário do referido crime e nenhuma causa provável para a possível emboscada dos dois réus.

Além disso, depreendemos algo notável no referido caso particular, ou seja, Pereira, um dos réus, juntamente com Joaquim Antonio da Silva comete um crime como forma de defesa. Isso pode ir ao encontro do que Franco chamou de moralidade, ou como preferimos chamar: norma de convivência, pois prefere-se resolver ameaças utilizando-se da violência, ou como comumente designamos hoje “resolver conflitos violentos com violência”. Porém deixemos claro, isso pode ser explicado pela precariedade da justiça da

---

<sup>2</sup> Processo crime referente a Sant'Ana de Paranaíba encontrado no Arquivo da Justiça de Campo Grande. Caixa 115/03 – 1876

época, que talvez não solucionasse como deveria tal conflito evitando que Antonio Bugre cometesse um crime contra Balduino e Pedro, desta forma só resta a solução moralizadora da época.

Todavia, esses motivos ressaltados anteriormente não pretendem obscurecer ou negar outras possíveis causas para a existência expressiva da violência. Pelo contrário, a relação que aqui estudamos tem também origem, pressupomos, em outros diversos fatores, sendo um deles de grande importância para nossa pesquisa, ou seja, estamos falando da concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, em outras palavras, a existência de latifúndios pertencentes aos coronéis.

Desta forma, temos a formação de um expressivo contingente de despossuídos, os quais têm como alternativa para a sobrevivência a “submissão” aos coronéis, que necessitavam de homens não só para trabalhar como lavradores, mas também precisavam de braços armados para a conquista do poder local.

Corrêa deixa bem claro isso no trecho que se segue:

Como alternativa de sobrevivência [ os trabalhadores, camponeses] tiveram que vender a sua própria foça de trabalho. Mas estas relações de trabalho e de produção não se concretizaram sob a forma explícita de um contrato de trabalho, mas gerou na prática uma espécie de obrigação que tornou o trabalhador da terra um agregado da grande propriedade rural e do dono das terras, executando toda espécie de serviços (o bandido, por exemplo) (CORRÊA, 1995, p.61, 62)

Partindo desta análise, anteriormente feita, dos trabalhadores e agregados, ou seja dos denominados pobres livres, podemos redirecionar nossos argumentos para o estudo dos Relatórios de Província, que nos proporcionam leituras da maneira pela qual os órgãos oficiais notavam os menos favorecidos.

Em um desses relatórios, numa mensagem de Manoel José Murtinho à assembléia legislativa em 1893<sup>3</sup>, encontramos referências à dificuldade de se obter número suficiente de pessoas aderidas ao corpo policial do Estado. Como solução Murtinho propõe que se utilize dos que vivem, como ele assim o denomina, “na mais completa ociosidade”. Para o coronel Murtinho somente assim esses homens seriam úteis a sociedade.

Como podemos observar há aqui uma tipificação do ser ideal, que deve seguir padrões previamente estabelecidos, por uma classe dominante, coexistindo também o inverso,

---

<sup>3</sup>Os Relatórios aqui analisados estão disponibilizados na rede mundial de computadores na página da Universidade de Chicago (<http://brazil.crl.edu>)

ou seja, o que não se deve aceitar em uma sociedade: a ociosidade.

O relatório que analisamos fala especificamente da necessidade de ocupar, com bom número de pessoal, o corpo da polícia, todavia podemos estender esta análise para outros âmbitos da esfera social, no caso, da necessidade de ocupar esses “ociosos” nas grandes propriedades.

Podemos, a partir dessas reflexões, observar as implicações que esses ditos ociosos proporcionam a sociedade. A partir disso é que podemos indagar sobre a coerência ou não da denominação “bandido”. Ora, são esses sujeitos históricos “marginais” e “desclassificados”<sup>4</sup>, que formaram um contingente despossuído de bens e até mesmo “ociosos”, que passam agora a fazer parte de bandos a serviço dos coronéis.

Assim, fica uma questão: seria a expressão “bandido” a mais adequada para caracterizar sujeitos que fazem parte de uma estrutura social, na qual a alternativa comum, estruturalmente falando, seria a associação com os coronéis ou chefes políticos locais?

### ***A figura do coronel diante do Poder Local e seu lugar como contribuinte para a generalização da violência***

Quando falamos sobre coronelismo, independente de qual lugar falamos ou a que região estamos nos referindo, logo constatamos o expressivo elemento da violência instituído nas relações cotidianas, expressas nas várias dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais de uma dada sociedade. Temos então, como já vimos, vários fatores que auxiliam nesta constatação, fatores que vão desde o simples distanciamento dos centros econômicos até a constante marginalização das populações pobres com relação a estrutura econômica em formação.

Tendo em vista essa questão, devemos salientar que havia neste tipo de sociedade uma figura que ao menos desejava controlar toda a situação política possível, ou melhor, desejava deter o poder, dominar o campo político e econômico existente no que poderíamos chamar de “sertão”. Estamos falando, portanto, do *coronel* e sua associação ao *poder local*, figura encontrada em praticamente todo o território brasileiro, num período caracterizado por muitos estudiosos como República Velha. No Mato Grosso não foi diferente, especificamente no sul deste Estado, nosso objeto de estudo, formou-se aqui um dos mais expressivos momentos associados ao fenômeno do coronelismo.

Como sabemos, em tal período houve a mudança da ordem imperial, existente em

---

<sup>4</sup>Para uma reflexão sobre o conceito de “desclassificados”, ver: SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2º ed. Rio de Janeiro: Graal Editores, 1986.

quase todo o século XIX, para a ordem republicana, que se instaura, se considerarmos os dados da oficialidade, em 1889. Sendo essa a legalidade a ser cumprida não restava alternativa, a qualquer que fosse os posicionamentos contrários a “nova ordem”, ou seja, até mesmo os conservadores tiveram que se posicionar a favor da República, que satisfazia os interesse liberais da época.

Na província de Mato Grosso temos assim o advento do período republicano com Antonio Maria Coelho, assumindo a presidência da Província de Mato Grosso, a partir da indicação do então presidente Deodoro da Fonseca. Com isso, temos uma rápida movimentação no cenário político e econômico no sentido de agrupar novos partidários e construir novas agremiações com vistas a satisfazer uma “nova” ordem política. Temos como exemplo o mesmo Antonio Maria Coelho, que por meio de uma circular convidava os chefes políticos municipais a formar uma agremiação partidária, que posteriormente resultou no Partido Nacional (CORRÊA, 2006).

Notamos em tal partido uma característica muito comum no período em questão, ou seja, na composição do Partido Nacional havia uma confluência de posições sustentadas de forma contrária no período imperial e que agora se mostravam coerentes. Assim, temos neste partido membros do ex-Partido Conservador, dos republicanos históricos e até mesmo alguns ex-liberais. No entanto, a maioria dos elementos do ex-Partido Liberal fundaram uma agremiação de oposição, o Partido Republicano liderado pelo coronel Generoso Ponce.

Vamir Batista Corrêa nos explica, de forma muito elucidativa, as consequências e características de uma tal formação, que ao nosso ver poderia ser caracterizada como a-política – levando em consideração o significado real de política, que não se utilizaria do que Bourdieu(2001) chama de jogo político. Porém, como sabemos até nossos tempos ainda persiste o jogo político caracterizando o a-político -, pelo fato de existir, entre os proponentes ao poder, uma relação, em muitos casos, unificadora de ideologias *a priori* divergentes, formando o que Corrêa(2006) chama de carência de definição política, além de nos depararmos com o personalismo político entre possíveis chefes locais e agregados. Sendo assim, consideremos sua contribuição:

Os dois partidos careceram de uma clara definição política, reflexo da própria indecisão dos políticos locais ao filiarem-se e da aglutinação em cada um dos partidos de elementos de todas as facções partidárias. Em face dessa situação, o significado maior desses partidos residiu no personalismo de seus chefes, relegando a luta pelo poder ao campo pessoal e à disputa entre dois políticos rivais, Antonio Maria Coelho e Generoso Ponce (CORRÊA, 2006, p. 82).

Notemos nesta citação o termo *personalismo*, que ocuparia a partir de então espaço central nas disputas políticas pelo poder. Tal situação é verificável não somente quando falamos das disputas pela presidência da província Mato Grossense, mas também quando falamos de disputas entre chefes políticos municipais. Desta forma, é possível, a priori, caracterizar as lutas pelo poder local, que se mostram como a influência decisiva nos rumos tomados pelo coronelismo.

Com isso, poderíamos fazer a seguinte pergunta: As lutas pelo poder local, caracterizadas por um personalismo do coronel, eram feitas unicamente pela violência? A partir do contato inicial com a bibliografia e as fontes, pressupomos que não. Porém, faz-se necessário deixar claro que tal hipótese não exclui a existência da violência, pelo contrário. Como foi dito em momentos anteriores, ela esteve presente durante todo o referido período, como aspecto principal da relação coronel - "bandido" em fins do século XIX e início do XX, e é inclusive esse o aspecto de maior importância que procuramos ressaltar no estudo referente a Sant'Ana de Paranaíba.

Todavia, faz-se necessário a constatação de outras formas de conquista do poder local. Assim, aquele personalismo que referendamos, a partir de Corrêa(2006), caracterizando-se em uma luta pessoal, foge ao padrão único da violência. Um coronel lança mão também do compadrio com pessoas mais pobres, agregados, familiares, vizinhos, entre outros. Com isso, esses passam a ser uma espécie de sobrinhos do coronel, merecendo sua proteção e ajuda para uma melhoria social e de recursos.

Podemos constatar essa relação na análise feita por Franco, ao observar que:

Ampliando-se as trocas do compadrio para situações sociais, compreende-se como deriva dele toda uma intrincada rede de dívidas e obrigações, infindáveis porque sempre renovadas em cada uma de suas amortizações, num processo que se regenera em cada um dos momentos em que se consome (FRANCO, 1997, p. 85).

Temos assim um pequeno esboço da forma, denominada por Franco, de dominação pessoal. O coronel possui o poder local e as atribuições necessárias para isso, ou seja, ele possui o controle da situação local e, para tanto, procura satisfazer as necessidades dos "seus".

Utilizando-nos de Pierre Boudieu, podemos complementar a análise anterior destacando tais relações de poder também como algo simbólico, cuja característica marcante seria a atribuição desse poder a um chefe político, feito pelo próprio dominado. Assim, vejamos as considerações feitas por Boudieu em relação ao poder simbólico:

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (BOURDIEU, 2001, p. 188).

Desse modo, podemos partir, com algumas ressalvas, do pressuposto da existência de um tipo de poder simbólico na estrutura da República Velha e em Sant'Anna de Paranaíba, no que diz respeito ao coronelismo e ao seu respectivo poder local, já que observamos com frequência as relações entre coronéis e agregados mediadas pelo apadrinhamento dos últimos. Assim, o “agraciado” pelo apadrinhamento transfere para um possível coronel poderes e, portanto, acaba por legitimar também as ações deste último. Contudo, não podemos generalizar este pressuposto para todas as situações. Somente pontuamos uma possível ocorrência, já que estamos falando de uma relação entre coronéis, e agregados (homens pobres) e portanto de uma troca entre as partes.

### ***Algumas Considerações***

Afim de fazermos algumas considerações, que de forma alguma podem ser conclusivas sobre a temática que viemos tratando desde o início do artigo, qual seja, a da violência de fins do século XIX e início do XX em Sant'Ana de Paranaíba, chamamos a atenção para a necessidade de mais estudos acerca da mesma, pois notamos escassas e raras referências a tal período e a região estudada. Além do mais, contribuições outras sobre a violência são necessárias para o próprio desenvolvimento historiográfico regional, que pode ser construído a partir de análises consistentes diante dos processos crimes e dos relatórios de província, além, é claro, de outras referências documentais.

Propomos, ao longo de nosso trabalho, reflexões sobre termos como “institucionalização da violência”, “violência como moralidade”, “violência como norma” e assim por diante. Tal proposta tem como justificativa a grande atualidade do termo violência em nosso cotidiano. Assim, uma abordagem histórica do referido fenômeno, ajudaria, em linhas gerais, a relativizar mais um acontecimento que pode parecer de simples interpretação, mas que a nosso ver não se expressa desse modo, em hipótese alguma. Para tanto, acreditamos ser de grande importância tratar de um período e de uma região tão marcados pela violência, que poderia ser o resultado da relação entre coronéis e “bandidos” ou simplesmente ser um traço socialmente construído pela inserção tangencial dos homens pobres e livres na estrutura econômica e política da época.

### **Referências**

ARAÚJO, Beatriz de Castro Sanches Azevedo. Camisa de Couro: Bandido ou Mocinho no imaginário da população de Três Lagoas? In: BORGES, Maria Celma; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto (organizadores). **Cultura, Trabalho e Memória: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 4º edição, 2001.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: 1889 – 1943**. 2ºed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4º ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **A (des) construção das (des) ordens: Poder e violência em Três Lagoas, 1915 – 1945**. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1991.